CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3228-2699

Presidente da Assembleia quer alternativa ao RRF

EQUILÍBRIO FISCAL Lissauer Vieira (PSB), que anunciou formação de comissão com representantes dos Três Poderes para estudar o tema, tem dito que medida do governo federal é "um remédio muito amargo"

Bruna Aidar
bruna.aidar@opopular.com.br

Benedito Braga



Lissauer Vieira (PSB), presidente da Assembleia: "Não vou colocar em votação sem saber o que impactaria esta proposta"

Depois de anunciar a criação de uma comissão com representantes dos três poderes para estudar o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), o presidente da Assembleia Legislativa, Lissauer Vieira (PSB), afirmou que espera, ao final dos trabalhos do grupo, apresentar uma alternativa ao plano de ajuda federal, aposta do governador Ronaldo Caiado (DEM) para ajustar as contas do Estado.

Desde que Goiás conseguiu aval, via liminar concedida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes, para aderir ao regime, o presidente vem dizendo que acha o RRF "um remédio muito amargo" e alertando para a resistência que a medida enfrenta entre os deputados estaduais.

Isto porque, entre as medidas que o Estado deve aprovar para conseguir os benefícios do RRF estão, por exemplo, cortes em incentivos fiscais; revisão do regime único dos servidores estaduais para excluir qualquer benefício ou vantagem que não esteja previsto no regime dos servidores federais; autorização para privatizar empresas dos setores "financeiros, de energia e saneamento" e para realizar leilões de pagamento.

Depois, durante a vigência do plano, ficam suspensos também concursos públicos; concessão de qualquer auxílio a servidores; criação de novos cargos; celebração de convênios.

> *"A intenção é chamar todo mundo para a discussão, nós reconhecemos a realidade do Estado, mas não estamos convencidos"*
>
> **Lissauer Vieira (PSB), presidente da Assembleia**

Segundo Lissauer, o objetivo da comissão é, principalmente, visitar Estados que já aderiram ao regime, como o Rio de Janeiro, ou que estão em estágio avançado de negociação, como Minas Gerais, para ver como ele vem funcionando na prática. Ele pretende estudar que impactos o RRF gerou, quais são os pontos positivos e negativos, e o quanto a medida foi efetiva.

Além disso, pontua, a Casa precisa "conhecer a proposta a fundo" antes de dar início à tramitação: "Não vou colocar em votação sem saber exatamente no que impactaria esta proposta", declarou.

Sobre a participação dos demais poderes do Estado – Judiciário, Ministério Público e tribunais de contas –, e de outras partes interessadas, como empresários e servidores públicos, o presidente afirma que o Legislativo "é parte de todo o problema (fiscal), mas todos serão atingidos". "Então nada mais justo que dividirmos a responsabilidade", completou. "A minha intenção é chamar todo mundo para a discussão, nós reconhecemos a realidade financeira do Estado, mas a princípio não estamos convencidos de que é a melhor saída."

Conforme antecipou a coluna *Giro*, a comissão foi sugerida na semana passada pelo presidente da Assembleia aos secretários de Governo, Ernesto Roller, e da Casa Civil, Anderson Máximo, durante a transferência da capital para a cidade de Goiás. Nesta semana, Lissauer e Caiado devem sentar para discutir o regime e a criação da comissão, mas ainda não há data definida.

HISTÓRICO

Na Assembleia, a discussão sobre o RRF começou ainda em junho, com a tramitação e posterior aprovação de um projeto de lei que autorizava o Estado a pedir a adesão. Conforme mostrou o blog da jornalista do POPULAR Fabiana Pulcineli, o projeto não era obrigatório: o aval do Legislativo é necessário na fase seguinte ao pedido, quando se apresenta de fato um plano com todas as leis previstas no artigo 2º da Lei Complementar 159/17, que instituiu o regime.

Na época, o secretário da Casa Civil admitiu que o projeto foi uma "opção política" do governador, justamente no sentido de estender o esforço pelas medidas de saneamento das contas também aos demais poderes.

Para autorizar a adesão ao regime, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) informou à reportagem que precisa do plano do Estado e da aprovação das leis locais necessárias.

GIRO



Caio Henrique Salgado
caio.salgado@opopular.com.br

Receitas

Balanço orçamentário dos seis primeiros meses mostra que o Estado acumulou R$ 12,27 bilhões em receitas. Foram R$ 851,12 (7,4%) milhões a mais do que no mesmo período do ano passado, já levando em conta a inflação do período.

O POPULAR (30/07)

Educação tem 800 contratos sob suspeita

SEDUC Situações são apuradas por meio de processo administrativo. Há casos até de servidor que recebeu salário após o fim do contrato

Thalys Alcântara
thalys.alcantara@opopular.com.br

Malu Longo
malu.longo@opopular.com.br

Uma auditoria na folha de pagamento da Secretaria Estadual de Educação de Goiás (Seduc) encontrou cerca de 800 contratos de funcionários concursados e temporários com suspeita de irregularidade. As informações foram repassadas pela titular da pasta, Fátima Gavioli. Segundo ela, foram detectados vários tipos de desvios, desde o recebimento de gratificações fora do padrão, pagamento de salário depois do fim do contrato e até casos de funcionário fantasma.

Estes 800 representam 2,2% de todos os funcionários da secretaria, que conta atualmente com cerca de 37 mil servidores. Os casos mais simples, em que foi identificado pagamento indevido, já estão sendo resolvidos de forma administrativa, com a devolução do dinheiro. Só no mês passado foram reembolsados cerca de R$ 2,5 milhões, segundo Fátima Gavioli. "Tivemos de abrir uma conta específica para devolução de recursos", conta a secretária.

Um dos casos foi de uma professora que pediu exoneração e se mudou para o Tocantins, no entanto, ela continuou a receber seu salário durante um ano, mesmo sem trabalhar. Procurada pela comissão que realiza a auditoria, a profissional se prontificou a devolver o valor obtido indevidamente. De acordo com Fátima, mesmo devolvendo, um processo administrativo é aberto. Se fica identificada má fé, o caso segue para a Polícia Civil.

Ainda segundo Fátima, outra forma de recebimento de valores irregulares é por meio do vale alimentação. Pessoas com dois contratos que completavam 60 horas estariam recebendo o valor máximo do benefício em cada contrato.

Além destes casos, os mais graves são os de funcionários que recebem sem trabalhar. "Tem muito fantasminha", garante a secretária. Ela exemplifica contando o caso de um funcionário que foi lotado em uma corregedoria regional, mas quando uma equipe da Seduc foi ao local, funcionários informaram que não conheciam aquela pessoa e ela nunca esteve ali.

"Dentro destes contratos suspeitos têm muito efetivo, concursado. Está sendo feito um estudo minucioso para encaminhar somente os casos que realmente, não têm jeito, é caso de polícia", explica Fátima Gavioli. Ela adianta que, entre os casos mais complexos, há situações em que o servidor suspeito não foi localizado e que até mora fora do País.

Inicialmente, a secretária Fátima Gavioli informou que havia uma investigação interna contra 300 casos de funcionários fantasmas, que já teriam sido repassados para a Polícia Civil. Ela disse isto durante coletiva na manhã de ontem (*leia mais na página 13*), no prédio da secretaria, quando foi feito um balanço de seis meses de gestão.

No entanto, durante a tarde, a assessoria da Seduc retificou a informação, e disse que o procedimento administrativo está em fase de finalização e que informações serão repassadas para a investigação da Polícia Civil nas próximas semanas. Já durante a noite, Fátima Gavioli informou que a quantidade de casos suspeitos já chegava à quantidade de 800.

PARCERIAS

Pela manhã, a secretária aproveitou para anunciar algumas parcerias, entre elas uma com o Instituto Sonho Grande que já colabora na elaboração de um diagnóstico, no monitoramento e na avaliação do programa de ensino médio em tempo integral. Já o Instituto Corresponsabilidade pela Educação (ICE) vem apoiando a Seduc na estruturação do modelo pedagógico e de gestão dos 66 Centros de Ensino em Período Integral do Ensino Médio. A parceria será ampliada para 86 escolas do ensino fundamental.

A Defensoria Pública do Estado de Goiás deve implantar um projeto para levar noções de cidadania, de direitos e deveres para o ambiente escolar.

2,5 mi

de reais é o valor que a Seduc diz ter reavido com a apuração de pagamentos indevidos feitos a servidores temporários e efetivos

RRF é pauta na volta dos deputados

Enquanto Alego ainda não sabe quando projeto deve tramitar na Casa, Governo ainda está no plano das ideias

Dayrel Godinho
Especial para O Hoje

Dayrel Godinho
Especial para O Hoje



Há uma semana do recesso parlamentar, Governo de Goiás ainda não abriu debate do Regime Recuperação Fiscal com Alego

Prestes a serem retomados os trabalhos na Assembleia Legislativa de Goiás (Alego), previsto para a próxima terça-feira (6), o Governo de Goiás tem que enviar medidas, por meio de projetos de lei para a Casa. As matérias devem receber aval dos deputados para a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF). No entanto, de acordo com o presidente da Alego, Lissauer Vieira (PSB), ainda não foi aberto o diálogo com a Casa, mesmo sendo a "principal pauta a ser debatida".

Segundo o presidente da Alego, o Governo ainda não se posicionou oficialmente quando nem como o projeto começará a tramitar. "O governador disse que pretende enviar, mas não foi aberto o diálogo com relação a este projeto e não abriu-se o diálogo com relação a isto", comentou. Ele ainda acredita que o projeto não deve ser enviado em até um mês, mesmo sendo extremamente importante para o Governador, Ronaldo Caiado (Democratas).

Lissauer afirma que já abriu diálogo com membros do Governo sobre sugestões da Casa, como a criação de uma Comissão para antever as propostas a serem enviadas e como tem sido a adesão de outros estados, no entanto o caminho inverso ainda não aconteceu. "Já conversei com membros do governo sobre esta sugestão, mas o Governo é quem vai decidir como será tramitado. Eles ainda não me procuraram, mas vão procurar", disse.

Ainda de acordo com Lissauer, a adesão ao RRF é uma matéria bastante polêmica e bastante dura para o Estado, que "precisa ser amplamente debatida". Por isso, o presidente avalia que o período que deve anteceder a apresentação é bastante importante, porque a Casa não vai "receber uma matéria sem ter o conhecimento".

> *O governador disse que pretende enviar, mas não foi aberto o diálogo com relação a este projeto e não abriu-se o diálogo com relação a isto*

"Se o governo optar por enviar o projeto do RRF assim [sem um debate prévio], ele não vai ser votado de forma imediata, porque precisamos de um prazo para debater e precisamos de um prazo grande", disse o presidente da Casa, que avalia que a Casa precisa saber 100% sobre os riscos e benefícios que trazem uma adesão a um regime como o do RRF. "Não vamos votar matéria na pressa, o RRF, ou sem conhecer de fato", pontuou.